ABGF - AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS

I CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

EDITAL Nº 02/2026 - DE RETIFICAÇÃO

A **COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº 01/2026 de Abertura de Inscrição, publicado no Diário Oficial da União na Edição de 29/06/2026, **RETIFICAR** os itens indicados a seguir:

LEIA-SE COMO SEGUE E NÃO COMO CONSTOU:

CAPÍTULO 1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Inclusão do item 1.6.2:

1.6.2. O regime de trabalho dos empregados admitidos em decorrência deste Concurso Público será **100% presencial durante o primeiro ano de efetivo exercício**, contado da data de admissão. Após esse período, o regime de trabalho poderá observar as normas internas da ABGF vigentes à época, bem como as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO 2 – DOS CARGOS
Inclusão dos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3:

2.1.1 Para os cargos de **Analista**, inclusive **Analista — TI**, e de **Especialista**, a inscrição, a classificação, a convocação e a eventual admissão ocorrerão pelo respectivo **código de opção do cargo**, conforme indicado no item 2.1 deste Edital, não havendo, no ato da inscrição, escolha ou vinculação do candidato a uma subárea ou especialidade específica.

2.1.2 O candidato aprovado e admitido nos cargos de **Analista**, **Analista – TI** ou **Especialista** poderá ser alocado em qualquer das especialidades previstas para o respectivo cargo no item 2.1 deste Edital, observadas as necessidades da ABGF, a conveniência administrativa, a formação acadêmica, os pré-requisitos exigidos para admissão e a compatibilidade entre as atribuições da especialidade e a qualificação do candidato.

2.1.3 A indicação das especialidades no quadro de cargos do item 2.1 possui caráter orientativo quanto às áreas de atuação possíveis no âmbito da ABGF, não constituindo opção autônoma de inscrição, lista específica de classificação, direito subjetivo à escolha de área pelo candidato ou garantia de lotação em especialidade determinada.

CAPÍTULO 4 – DAS INSCRIÇÕES
Inclusão do item 4.7.4:

4.7.4 Para os cargos de **Analista**, **Analista – TI** e **Especialista**, o candidato deverá indicar apenas o respectivo código de opção do cargo no Formulário de Inscrição, não sendo disponibilizado campo para escolha de subárea ou especialidade, uma vez que a definição da área de atuação ocorrerá pela ABGF por ocasião da convocação, admissão e lotação inicial, conforme necessidade institucional e compatibilidade com a formação do candidato.

CAPÍTULO 9 - DAS PROVAS

9.1 O concurso constará dos seguintes cargos, provas, número de itens e peso.

www.pciconcursos.com.br

Código de Opção do Cargo	Cargo	Provas/Disciplinas	Número de Itens	Peso
A01, B02, C03, D04, E05, F06	**A01, B02, C03, D04, E05, F06**	**Prova Objetiva de Conhecimentos Gerais** . Língua Portuguesa . Língua Inglesa . Raciocínio lógico, matemático e analítico . Noções de Direito Constitucional e Administrativo . Ética, Integridade, Governança, *Compliance* e Controles Internos . Proteção de Dados, Segurança da Informação e Uso Responsável de Dados . Noções de Economia, Finanças Públicas, Sistema Financeiro, Garantias e Crédito à Exportação . Sustentabilidade, ASG, Diversidade e Inclusão . Noções de Análise de Dados, Informações e Indicadores	20	1
A01	**Advogado**	**Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos** . Direito Constitucional . Direito Administrativo Direito Civil . Direito de Empresa Direito Financeiro e Tributário . Direito do Trabalho e Processual do Trabalho (Noções) . Regulação do Sistema Financeiro e de Seguros . Fundos: Regime Jurídico e Regulação . Direito Digital . Direito Internacional	40	3
		Prova Discursiva – Estudo de Caso	02	1
B02	**Atuário**	**Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos** . Matemática Atuarial de Pessoas . Matemática Atuarial de Danos . Provisões Técnicas e Prêmios . Gestão de Reservas, Capital e Insolvência . Gerenciamento de Riscos Financeiros . Estatística . Contabilidade Geral e Avançada . Noções de Economia . Análise Financeira Aplicada . Legislação e Regulação de Seguros	40	3
		Prova Discursiva – Estudo de Caso	02	1
C03	**Contador**	**Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos** . Contabilidade geral e societária . Contabilidade Gerencial e de Custos . Noções de Finanças Públicas e Orçamento . Auditoria e *Compliance* . Contabilidade Tributária . Análise Financeira . Sustentabilidade e Divulgação Financeira	40	3
		Prova Discursiva – Estudo de Caso	02	1
D04	**Analistas:** – Administrativo / Financeiro – *Compliance* e Gestão de Riscos – Gestão e Negócios – Governança –Recursos Humanos (RH) – Desenvolvimento Humano e Organizacional (DHO) – Relações Públicas –– Auditor	**Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos** . Gestão e Governança Organizacional . Gestão de Projetos e da Qualidade . Análise Financeira e Métodos Quantitativos . Tecnologia da Informação . *Business Intelligence* e Análise de Dados . Ética, *Compliance* e Legislação . Finanças Públicas e Contexto Orçamentário . Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho	40	3
		Prova Discursiva – Redação	01	1

www.pciconcursos.com.br

Código de Opção do Cargo	Cargo	Provas/Disciplinas	Número de Itens	Peso
E05	**Analistas (TI):** – Análise de Dados – Análise e Segurança de Dados – Front-End / Back-End / DevOps – Infraestrutura e Redes	**Prova Objetiva Conhecimentos Específicos** . Fundamentos de Sistemas e redes . Banco de Dados . Segurança da Informação e Cibersegurança . Engenharia de Software . Computação em Nuvem e Infraestrutura . Devops, CI/CD e Automação . Análise de Dados, Aprendizado de Máquina e Inteligência Artificial . Gestão de TI	40	3
		Prova Discursiva – Redação	01	1
F06	**Especialistas:** – Análise e Caracterização de Sinistros – Análise de Risco de Crédito – Aplicação/Operação com Fundos	**Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos** . Sistema Financeiro Nacional e Regulação . Instrumentos Financeiros e Mercados . Análise Financeira e Risco de Crédito . Métodos Quantitativos . Contabilidade Aplicada . Noções de Economia e Análise Setorial . Apoio Oficial às Exportações Brasileiras . Ética, Compliance e Legislação Aplicada	40	3
		Prova Discursiva – Estudo de Caso	02	1

9.2 Para todos os cargos, a duração total das **Provas Objetivas de Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos** é de **5 (cinco) horas**.

9.3 **As Provas Objetivas de Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos** para todos os cargos em Concurso, de caráter eliminatório e classificatório, constarão de questões objetivas de múltipla escolha, com cinco alternativas cada uma, sendo apenas uma correta, e versarão sobre os conteúdos programáticos constantes do **Anexo IV** deste Edital. As questões avaliarão as capacidades de compreensão, aplicabilidade dos conhecimentos, análise e síntese, privilegiando a reflexão e o raciocínio.

9.3 A **Prova Discursiva - Redação,** de caráter eliminatório e classificatório, para todos os cargos de **Analistas** – Administrativo/Financeiro; *Compliance* e Gestão de Riscos**;** Gestão e Negócios**;** Governança; Recursos Humanos (RH) – Desenvolvimento Humano e Organizacional (DHO); Relações Públicas; Análise de Dados; Análise e Segurança de Dados; *Front-End* / *Back-End* / DevOps; Infraestrutura e Redes e Auditor, reger-se-á conforme o disposto no Capítulo 12 deste Edital, e será realizada no mesmo dia e período da aplicação das Provas Objetivas.

9.4 A **Prova Discursiva - Estudo de Caso**, de caráter eliminatório e classificatório, para os cargos de Advogado; Atuário; Contador e **Especialistas** – Análise e Caracterização de Sinistros; Análise de Riscos de Crédito; Operações com Fundos, reger-se-á conforme o disposto no Capítulo 13 deste Edital, e será realizada no mesmo dia e período da aplicação das Provas Objetivas.

CAPÍTULO 10 - DA PRESTAÇÃO DAS PROVAS:

[...]

Inclusão do item 10.15.1:

10.15.1 Somente para o cargo **B02 – Atuário**, pela complexidade dos conteúdos que serão abordados, será permitida a utilização de calculadora financeira ou similar não alfanumérica e sem nenhum dispositivo de transmissão de dados. Ainda, não será permitido nenhum empréstimo de material, inclusive de calculadora.

[...]

10.20 Será excluído do Concurso Público o candidato que:

a) apresentar-se após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
d) não apresentar documento que bem o identifique, nos moldes do item 10.8 deste Edital;

www.pciconcursos.com.br

e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
f) ausentar-se do local de provas antes de decorridas **3 (três) horas** do início da prova;
g) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pela Fundação Carlos Chagas no dia da aplicação das provas;
h) ausentar-se da sala de provas levando Folha de Respostas, Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos;
i) estiver portando armas no ambiente de provas, mesmo que possua o respectivo porte;
j) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
k) não devolver integralmente o material recebido;
l) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora (exceto para o cargo B02 – Atuário) ou similar;
m) estiver fazendo uso de qualquer espécie de relógio e qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (telefone celular, *notebook*, *tablets*, *smartphones,* pulseiras e relógios inteligentes ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares e fones de ouvido;
n) entregar a Folha de Respostas das Provas Objetivas e/ou Discursiva em branco;
o) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.
p) permanecer com qualquer material de Prova, Caderno de Questões, Cadernos e Folhas de Respostas, após o término do tempo de prova permitido, previsto neste Edital, para a realização de sua prova.

CAPÍTULO 11 - DO JULGAMENTO DAS PROVAS OBJETIVAS

11.1 As Provas objetivas de **Conhecimentos Gerais** e **Conhecimentos Específicos** serão estatisticamente avaliadas, de acordo com o desempenho do grupo a elas submetido.

11.2 Considera-se grupo, neste concurso, o total de candidatos presentes a cada uma das provas do respectivo cargo.

11.3 Na avaliação de cada prova será utilizado o escore padronizado, com média igual a 50 (cinquenta) e desvio padrão igual a 10 (dez).

11.4 Essa padronização das notas de cada prova tem por finalidade avaliar o desempenho do candidato em relação aos demais, permitindo que a posição relativa de cada candidato reflita sua classificação em cada prova. Na avaliação das provas do concurso:

a) é contado o total de acertos de cada candidato em cada prova;
b) são calculados a média e o desvio padrão dos acertos de todos os candidatos em cada prova e caso o desvio padrão seja zero será considerado valor 1 para o cálculo da nota padronizada (NP);
c) é transformado o total de acertos de cada candidato em nota padronizada (NP); para isso calcula-se a diferença entre o total de acertos do candidato na prova (A) e a média de acertos do grupo da prova ($\overline{X}$) divide-se essa diferença pelo desvio padrão (σ) do grupo da prova, multiplica-se o resultado por 10 (dez) e soma-se 50 (cinquenta), de acordo com a fórmula:

$$NP = \left\{\left[\left(\frac{A - \overline{X}}{\sigma}\right) \times 10\right] + 50\right\}$$

Onde:
NP = Nota Padronizada.
A = Total de acertos do candidato na prova.
($\overline{X}$) = Média de acertos do grupo na prova.
σ = Desvio padrão.

d) é multiplicada a nota padronizada do candidato em cada prova pelo respectivo peso;
e) são somadas as notas padronizadas (já multiplicadas pelos pesos respectivos) de cada prova, obtendo-se, assim, a nota da prova objetiva de cada candidato.

11.5 Para todos os cargos, as provas objetivas de **Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos** terão caráter classificatório e eliminatório, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido o total de pontos, no

www.pciconcursos.com.br

somatório das notas padronizadas das Provas Objetivas de **Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos**, igual ou superior 200 (duzentos).

11.6 Para todos os cargos, considerar-se-á habilitado o candidato que não obtiver nota zero em nenhuma das Provas Objetivas **(de Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos)**. Os candidatos não habilitados nas Provas Objetivas serão excluídos do Concurso. O critério eliminatório previsto tem por finalidade assegurar desempenho mínimo do candidato nas duas provas objetivas que compõem o certame, quais sejam: **Prova de Conhecimentos Gerais e Prova de Conhecimentos Específicos.**

11.7 Da divulgação dos resultados constarão apenas os candidatos habilitados.

CAPÍTULO 13 - DA PROVA DISCURSIVA – ESTUDO DE CASO

[...]

13.4 Os temas versarão sobre os conteúdos programáticos constantes do Anexo IV deste Edital, observadas as atribuições, as competências e o nível de complexidade do cargo para o qual o candidato se inscreveu.

CAPÍTULO 16 - DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

[...]

Inclusão dos itens 16.1.2 e 16.1.2.1:

16.1.2 A nomeação inicial observará a distribuição das 7 (sete) vagas previstas no Edital nº 02/2026, conforme o quadro a seguir, respeitada a ordem de classificação final em cada cargo e os critérios legais de reserva de vagas.

Cargo	Nomeação
F06 - Especialistas	2
D04 e E05 - Analistas	1
B02 - Atuário	1
A01 - Advogado	1
D04 - Auditor	1
C03 - Contador	1

16.1.2.1 Os demais candidatos aprovados constituirão cadastro de reserva e poderão ser nomeados durante o prazo de validade do Concurso Público, observada a ordem de classificação do respectivo cargo, de acordo com a necessidade de pessoal da ABGF, a conveniência e oportunidade da Administração, a existência de vagas e a disponibilidade orçamentária e financeira.

ANEXO IV
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

OBSERVAÇÕES:

1. Considerar-se-á a legislação vigente, incluindo legislações complementares, súmulas, jurisprudências e/ou orientações jurisprudenciais (OJ) do STJ, STF e TCU, até a data da publicação do Edital. Toda legislação e jurisprudência devem ser consideradas com as alterações e atualizações vigentes até a data da publicação do Edital de Abertura de Inscrições.
2. Todos os temas englobam também a legislação que lhes é pertinente, ainda que não expressa no conteúdo programático.
3. Mesmo quando o conteúdo programático coincidir, as provas terão níveis de complexidade diferentes, conforme as atribuições dos cargos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
A01 – ADVOGADO
DIREITO CONSTITUCIONAL
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: princípios fundamentais.

www.pciconcursos.com.br

Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; nacionalidade; direitos políticos.
Organização político-administrativa do Estado: União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.
Administração pública: disposições gerais; servidores públicos.
Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário: atribuições, estrutura, organização e competências.
Controle de constitucionalidade: difuso e concentrado; ADI; ADC; ADPF; súmula vinculante.
Ordem econômica e financeira: princípios gerais; atuação do Estado no domínio econômico; Sistema Financeiro Nacional.
Aplicabilidade das normas constitucionais: eficácia plena, contida e limitada; normas programáticas.

DIREITO ADMINISTRATIVO
Estado, Governo e Administração Pública: conceitos, elementos e fontes.
Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies; extinção — cassação, anulação, revogação e convalidação; decadência.
Agentes públicos: disposições constitucionais; cargo, emprego e função pública; provimento; estabilidade; remuneração; processo administrativo disciplinar.
Poderes da Administração Pública: hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.
Responsabilidade civil do Estado: ato comissivo e por omissão; causas excludentes; direito de regresso.
Serviços Públicos: conceito, classificação, princípios; concessão, permissão e autorização.
Organização Administrativa: centralização, descentralização; administração direta e indireta; autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
Empresas públicas e sociedades de economia mista: regime jurídico híbrido; Estatuto Jurídico das Empresas Estatais (Lei nº 13.303/2016 e Decreto nº 8.945/2016); licitações e contratos no âmbito das estatais; governança, transparência e controle; pessoal celetista.
Atuação do Estado no domínio econômico: intervenção direta e indireta; monopólio; empresas estatais prestadoras de serviços públicos; agências reguladoras; fomento econômico; parcerias público-privadas.
Controle da Administração Pública: externo, interno, judicial e legislativo; TCU e CGU.
Improbidade administrativa: Lei nº 8.429/1992 e alterações (Lei nº 14.230/2021).
Lei Anticorrupção: Lei nº 12.846/2013; responsabilização de pessoas jurídicas; acordo de leniência; programas de integridade.
Licitações e contratos: Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); regulação própria das estatais (Lei nº 13.303/2016); concessões e serviços públicos (Lei nº 8.987/1995); parcerias público-privadas (Lei nº 11.079/2004).
Bens Públicos: regime jurídico, classificação, aquisição e alienação.
Lei de Acesso à Informação: Lei nº 12.527/2011.
Lei Geral de Proteção de Dados: Lei nº 13.709/2018.

DIREITO CIVIL
Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: vigência, aplicação, interpretação e integração; conflito das leis no tempo e no espaço.
Pessoas naturais e jurídicas: personalidade, capacidade, domicílio, direitos da personalidade.
Fato e negócio jurídico: classificação, vícios, invalidade, prescrição e decadência.
Obrigações: modalidades; transmissão; adimplemento e extinção; inadimplemento.
Contratos: princípios; disposições gerais; interpretação; extinção; teoria da imprevisão.
Responsabilidade civil: objetiva e subjetiva.
Direitos reais de garantia: penhor, hipoteca; alienação fiduciária de bens móveis e imóveis; Marco Legal das Garantias (Lei nº 14.711/2024).

DIREITO DE EMPRESA
Teoria da empresa; empresário; registro de empresas; institutos complementares.
Direito societário: sociedade empresária; sociedade limitada; sociedade anônima (Lei nº 6.404/1976); operações societárias; dissolução; desconsideração da personalidade jurídica.
Títulos de crédito: teoria geral; letra de câmbio; nota promissória; cheque; duplicata.
Debêntures: espécies, emissão, amortização; Debêntures Incentivadas (Lei nº 12.431/2011) e Debêntures de Infraestrutura (Lei nº 14.801/2024).
Regime jurídico dos fundos de investimento (Lei nº 13.874/2019 e Lei nº 14.430/2021).
Recuperação judicial, extrajudicial e falência: visão geral; verificação e classificação de créditos; plano de recuperação.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO
Orçamento público: princípios; PPA, LDO e LOA; créditos adicionais.

www.pciconcursos.com.br

Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000): noções aplicáveis ao contexto de empresa estatal.
Sistema Tributário Nacional: princípios, limitações ao poder de tributar.
Tributos: conceito, natureza jurídica e espécies; competência tributária; imunidade.
Obrigação tributária: fato gerador; sujeito ativo e passivo; responsabilidade tributária.
Crédito tributário: lançamento; suspensão; extinção; exclusão.
CTN (Lei nº 5.172/1966 atualizada).

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO (Noções)
Princípios e fontes; direitos constitucionais dos trabalhadores (art. 7º da CF/1988).
Relação de emprego: requisitos, contrato individual de trabalho, sujeitos.
Alteração, suspensão, interrupção e rescisão do contrato; aviso prévio; estabilidade.
Duração do trabalho; férias; salário; FGTS; prescrição e decadência.
Segurança e medicina do trabalho; proteção ao trabalho da mulher, da gestante e do menor.
Direito coletivo: organização sindical; convenções e acordos coletivos; greve.
Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017); teletrabalho; trabalho intermitente.
Organização e competência da Justiça do Trabalho (Varas, TRTs e TST); dissídios individuais; execução trabalhista.

REGULAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E DE SEGUROS
Mercado Financeiro e de Capitais: estrutura do SFN; CMN, BCB e CVM — atribuições.
Sigilo bancário: Lei Complementar nº 105/2001.
Autonomia do Banco Central: Lei Complementar nº 179/2021.
Mercado de seguros privados: Decreto-Lei nº 73/1966; SUSEP — competências.
Previdência complementar aberta: Lei Complementar nº 109/2001.
Resseguros: Lei Complementar nº 126/2007.
Regulação das operações de seguro de crédito à exportação; normas aplicáveis aos fundos garantidores públicos.

FUNDOS: REGIME JURÍDICO E REGULAÇÃO
Natureza jurídica dos fundos de investimento: condomínio de investidores; personalidade jurídica própria (Lei nº 14.430/2021); patrimônio separado; responsabilidade limitada dos cotistas.
Estrutura e funcionamento dos fundos de investimento: constituição; regulamento; lâmina de informações essenciais; assembleia de cotistas; administrador fiduciário; gestor; custodiante; distribuidor — atribuições e responsabilidades.
Classificação dos fundos de investimento: fundos de renda fixa; fundos de ações; fundos multimercado; fundos cambiais; FIDC; FII; FIP; ETF.
Regime jurídico dos fundos de investimento: Lei nº 13.874/2019 e Lei nº 14.430/2021; Resolução CVM nº 175/2022; patrimônio de afetação e segregação de riscos.
Fundos garantidores públicos — regime jurídico e regulação: natureza jurídica; constituição e extinção; gestão dos recursos; responsabilidade do gestor; fiscalização e controle externo.
Fundo de Garantia à Exportação (FGE): criação (Lei nº 9.818/1999); natureza de fundo contábil vinculado ao Tesouro Nacional; finalidade — cobertura soberana de riscos de exportação; gestão pela ABGF; mecanismos de acionamento e recuperação de créditos honrados.
Outros fundos garantidores geridos ou administrados pela ABGF.
Fundo Garantidor de Créditos (FGC): natureza de associação privada; mecanismo de proteção de depósitos; limites de cobertura.
Responsabilidade civil do gestor de fundos públicos: deveres fiduciários; dever de diligência e lealdade; prestação de contas; controle pelo TCU.
Contratos de gestão e mandatos: instrumentos de delegação da gestão de fundos públicos; cláusulas essenciais; metas de desempenho; fiscalização contratual.
Regulação e supervisão: BCB, CVM e SUSEP; Resolução CMN nº 4.963/2021.
PLD/FT aplicada a fundos: obrigações dos administradores e gestores; comunicação ao COAF; due diligence de cotistas.
Tributação dos fundos de investimento: IOF; IR; come-cotas; regimes tributários diferenciados (fundos de infraestrutura, FII, FIP qualificado).

DIREITO DIGITAL
Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014); LGPD (Lei nº 13.709/2018).
Ativos virtuais: Lei nº 14.478/2022.
Contratação digital: existência, validade e eficácia; prova eletrônica; assinatura e certificado digitais.
Smart Contracts e blockchain: conceito e implicações jurídicas.
Arranjos de pagamento; fraudes eletrônicas; responsabilidade civil no ambiente digital.

www.pciconcursos.com.br

Online Dispute Resolutions (ODRs).

DIREITO INTERNACIONAL
Tratados internacionais: princípios; procedimento legislativo de internalização.
Organismos multilaterais de crédito: BIRD, NDB e BID — estrutura e relação com o apoio oficial.
Comércio exterior: importação/exportação; Incoterms.
Cartas de crédito: conceito e princípios gerais.
Contratos financeiros internacionais; empréstimos em moeda estrangeira.
Garantias aos contratos internacionais; seguro de crédito à exportação.
Arbitragem internacional: convenções aplicáveis e procedimento.
Regulação internacional do crédito à exportação: Arrangement OCDE sobre créditos à exportação com apoio oficial — escopo, termos e condições mínimas; ASU (Aircraft Sector Understanding).

Os demais itens do Edital nº 01/2026 de Abertura de Inscrições, permanecem inalterados.

Brasília/DF, 16 de julho de 2026

PCI Concursos

www.pciconcursos.com.br